



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria da Fazenda

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO – CONAT

CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS – CRT
3ª CÂMARA DE JULGAMENTO

ATA DA 38ª (TRIGÉSIMA OITAVA) SESSÃO ORDINÁRIA VIRTUAL DA 3ª
CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS
DO ESTADO DO CEARÁ DO ANO 2020.

Aos 16 (dezesseis) dias do mês de dezembro do ano 2020 (dois mil e vinte), às 13h 30min. (treze horas e trinta minutos), após verificado o quórum regimental estabelecido no art. 52 do Regulamento Interno do Conselho de Recursos Tributários do Estado do Ceará (CRT-CE), e amparado pela Portaria nº 158, de 12 de junho de 2020, que regulamenta a realização de sessão de julgamento não presencial por meio de videoconferência, foi aberta a 38ª (trigésima oitava) Sessão Ordinária Virtual da 3ª Câmara de Julgamento do CRT-CE, sob a Presidência do Dr. Francisco Wellington Ávila Pereira. Presentes à Sessão os Conselheiros Alexandre Mendes de Sousa, Felipe Augusto Araújo Muniz, Mikael Pinheiro de Oliveira, Lúcio Flávio Alves, Ricardo Ferreira Valente Filho e Teresa Helena Carvalho Rebouças Porto. Também presente, o Representante da Procuradoria Geral do Estado, Dr. André Gustavo Carreiro Pereira. Presente ainda, secretariando os trabalhos da Câmara, a Sra. Ana Maria Ribeiro de Farias Jorge. Foi lida e aprovada a 37ª sessão virtual. **Passando-se à ORDEM DIA, foram anunciados os seguintes processos: Processo de Recurso Nº 1/998/2018 – Auto de Infração nº 1/201720114. RECORRENTE: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA e QUIMIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE RESINAS. RECORRIDO: AMBOS. RELATOR: Conselheiro ALEXANDRE MENDES DE SOUSA. Decisão:** O Sr. Presidente **sobrestou** o julgamento do processo em razão do pedido formulado pelas partes, devidamente justificado pelo representante legal da recorrente e, na forma regimental retirou-o de pauta, conforme solicitação requerida. **Processo de Recurso Nº 1/1001/2018 – Auto de Infração nº 1/201720107. RECORRENTE: QUIMIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE RESINAS. RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. RELATOR: Conselheiro FELIPE AUGUSTO ARAÚJO MUNIZ. Decisão:** O Sr. Presidente **sobrestou** o julgamento do processo em razão do pedido formulado pelas partes, devidamente justificado pelo representante legal da recorrente e, na forma regimental retirou-o de pauta, conforme solicitação requerida. **Processo de Recurso Nº 1/1002/2018 – Auto de Infração nº 1/201720112. RECORRENTE: QUIMIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE RESINAS. RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. RELATOR: Conselheiro LÚCIO FLÁVIO ALVES. Decisão:** O Sr. Presidente **sobrestou** o julgamento do processo em razão do pedido formulado pelas partes, devidamente justificado pelo representante legal da recorrente e, na forma regimental retirou-o de pauta, conforme solicitação requerida. **Processo de Recurso Nº 1/4034/2018 – Auto de Infração nº 1/201809452. RECORRENTE: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA e MEDEIRAÇO COMÉRCIO DE AÇOS E METAIS LTDA. RECORRIDO: AMBOS. RELATOR: Conselheiro MIKAEL PINHEIRO DE OLIVEIRA. Decisão:** Resolvem os membros da 3ª

Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, conhecer do Reexame necessário e do Recurso Ordinário e, decidir nos seguintes termos: **1- Com relação a preliminar de nulidade do auto de infração suscitada pela parte por vício formal, sob a alegação de que no Mandado de Ação Fiscal (MAF) não foi indicado o número da Portaria que autorizou o MAF** – resolvem afastar, por unanimidade de votos, uma vez que não há obrigatoriedade de Portaria para a emissão do MAF, sendo dispensável essa informação no referido documento; **2- Nulidade por incompetência da autoridade designante do MAF** – afastada, por unanimidade de votos, sob o fundamento de que no presente caso a autoridade contestada, tem competência legal para designar servidor fazendário para promover ação fiscal, amparada na Portaria nº 538/2017 (17/01/2018), nos termos do art. 821, § 5º do Decreto nº 24.569/97, combinado com art. 3º, § 1º, da Instrução Normativa 049/2011; **3- Quanto aos argumentos de que o Termo de Conclusão de Fiscalização não indica os dispositivos legais infringidos, a motivação e o período da autuação; que nas Informações Complementares o demonstrativo do crédito tributário sem indicação da base de cálculo ou alíquota; que há divergência entre o relato e a penalidade aplicada; que os termos que deram origem ao auto de infração não foram anexados ao processo, bem como não foram entregues ao contribuinte todos os documentos e que o processo não continha numeração das páginas** – resolve afastá-los, por unanimidade de votos, considerando que constam todos os elementos necessários à perfeita compreensão dos fatos e fundamentos que dão subsistência à autuação, notadamente os dispositivos legais infringidos; sobre a base de cálculo denota-se que o fiscal adotou os procedimentos devidamente estabelecidos no Decreto nº 31.270/2013; que utilizou metodologia idônea e com previsão legal; que constam dos autos os documentos que serviram de base à autuação, e o contribuinte foi cientificado de toda documentação que ampara o feito fiscal, possibilitando a ampla defesa, portanto, inexistem as hipóteses de nulidade arguidas pela recorrente, uma vez que nenhum dos pressupostos apresentados se configuram nos autos; **4- Quanto a alegação de que não foi oportunizado ao contribuinte apresentar informações e medidas retificadoras dos levantamentos de pré-auditoria e, por ser a autuação descumprimento de obrigação acessória o contribuinte deveria ter sido intimado para regularizar sua situação** – referidas preliminares foram afastadas, por unanimidade de votos, posto que ficou demonstrado nos autos que o autuante prestou informações esclarecedoras acerca da autuação, identificando o motivo, os dispositivos legais infringidos e anexando a documentação que serviu de base para a autuação, atendendo ao que dispõe o art. 33, inciso XI, do Decreto nº 25.468/99; **5- Com relação a preliminar de nulidade da decisão singular, sob a alegação de que não foi analisado o pedido de perícia, da autuada** - afastada, por unanimidade de votos, considerando que a julgadora singular apreciou o pedido de perícia, emitindo juízo de valor e motivando o seu convencimento ao abrigo das normas legais vigentes, tendo sido observado o devido processo legal, sem violação da garantia de ampla defesa e contraditório; **6- Quanto ao pedido de realização de perícia formulado pela parte** – Indeferido por unanimidade de votos, nos termos do art. 97, incisos I e II, da Lei nº 15.614/2014, por entender que há nos autos dados suficientes para análise e julgamento do mérito; **7- Quanto à questão suscitada de Multa com efeito confiscatório** – Afastada por unanimidade de votos, não é competência desta Câmara de Julgamento afastar a aplicação de norma sob o fundamento de inconstitucionalidade, conforme dispõe o art. 48 da Lei nº 15.614/2014; **8- Indeferimento dos argumentos de defesa de mérito**, por restarem ausentes elementos probatórios aptos a afastar a infração preceituada; **9- No mérito**, 3ª Câmara resolve por unanimidade de votos, negar provimento a ambos os recursos e, confirmar a decisão exarada em 1ª Instância que julgou **PARCIALMENTE PROCEDENTE** a acusação fiscal, em razão da exclusão das Notas Fiscais que trazem a informação do ICMS retido por Substituição Tributária e, aplicar para as demais Notas

Fiscais sem o destaque do imposto, aplicar o art. 123, I, “c” da Lei nº 12.670/96. Decisão nos termos do voto do Conselheiro Relator, de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária e em conformidade com a manifestação oral do representante da Procuradoria Geral do Estado. **Nada mais havendo a tratar**, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, tendo antes convocado os membros da Câmara a participarem da próxima sessão ordinária virtual, a realizar-se no dia 17 (dezesete) de dezembro do corrente ano, às 13h30min. (treze horas e trinta minutos). E para constar, eu, Ana Maria Ribeiro de Farias Jorge, Secretária da 3ª Câmara, lavrei a presente ata que vai por mim subscrita e assinada pelo Presidente da Câmara de Julgamento, na forma do parágrafo único do art. 13 da Portaria nº 158/2020, de 12 de junho de 2020.

Francisco Wellington Ávila Pereira
PRESIDENTE DA 3ª CÂMARA

Ana Maria Ribeiro de Farias Jorge
SECRETÁRIA DA 3ª CÂMARA